

PÁG 2

Depois de Bolsonaro e ministro, agora presidente da Câmara destaca prioridade para PL 414

PÁG 4

Encargo de sobrecontratação? Benefício ao consumidor poderia ter sido de R\$ 10 bilhões por ano

PÁG 6

CPAMP acata pedido da Abraceel e divulga informações adicionais aos agentes

PÁG 7

Em encontro com Energisa, Abraceel indica potencial da abertura do mercado

PÁG 9

Abraceel na Mídia

PÁG 10

Curtas

PÁG 13

E o Congresso?

PÁG 14

Calendário Abraceel



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

*Um bom descanso a todos,
aproveitem o feriadão!*



Depois de Bolsonaro e ministro, agora presidente da Câmara destaca prioridade para PL 414

Matéria em 1 minuto:

- Ministro Bento Albuquerque e deputado Arthur Lira destacaram a importância do mercado livre de energia, colocando o PL 414 como prioridade;
- A pauta também foi discutida com o deputado Paulo Ganime em reunião com o presidente da Abraceel;
- Após novas interlocuções, Abraceel segue otimista com a iminente apresentação do relatório do PL 414/2021.



Tempo de leitura:
3 minutos

É bem verdade que “o jogo só acaba quando termina”, mas os acontecimentos da última semana deixaram a Abraceel mais otimista com o avanço da agenda da portabilidade da conta de luz. O mês de fevereiro marcou o ingresso do tema na agenda prioritária dos Poderes Executivo e Legislativo. No início do mês, o presidente Jair Bolsonaro elencou o direito de escolher o fornecedor de energia elétrica como prioridade para os trabalhos do Congresso Nacional e publicou portaria incluindo o PL 414/2021 como prioritário.

Na terça-feira, 22.02, o presidente da Câmara, deputado federal Arthur Lira (PP-AL), apontou projetos de lei que considera relevantes para melhorar o ambiente de negócios do Brasil e, entre eles, o PL 414/2021. Para a Abraceel, essa manifestação é de suma importância, na medida em que, publicado o relatório pelo deputado Fernando Filho (União-PE), caberá ao presidente Lira pautar a matéria para deliberação em Plenário caso seja apresentado e aprovado um regime de urgência para isso.

No mesmo dia da manifestação do presidente da Câmara dos Deputados, o ministro Bento Albuquerque, em discurso proferido na posse do novo Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, afirmou que em poucos anos todos os brasileiros terão a liberdade de escolher seu fornecedor de energia, com segurança energética e preços acessíveis. O vídeo com a fala do Ministro está disponível no nosso [Instagram](#).

Encontros com lideranças no Congresso

Nessa perspectiva, a Abraceel reformou a agenda de reuniões com integrantes do Poder Legislativo. O primeiro encontro foi com o deputado Paulo Ganime (NOVO-RJ), que possui destacada atuação nos temas do setor energético. Rodrigo Ferreira, presidente executivo da Abraceel, explicou os benefícios de conceder a todos os consumidores de



energia elétrica o direito de escolher o fornecedor e as condições de fornecimento, além de destacar as perspectivas de investimento e de desenvolvimento com o avanço do mercado livre, temas inseridos no PL 414, que conta com o apoio do parlamentar e seu partido na Câmara.

Já na quinta-feira, 24.02, a equipe da Abraceel se reuniu com o senador Jean Paul Prates (PT-RN), entre outros assuntos para explicar os fatores que justificam a aprovação do PL 414/2021. Em 2020, o senador Jean Paul Prates apresentou recurso para que o então PLS 232 fosse apreciado no Plenário do Senado antes de seguir para a Câmara. No entanto, dada a importância da matéria, o senador abriu mão do recurso para dar celeridade à tramitação, ciente de que a matéria voltaria para a revisão final pelo Senado.



Apoio ao PL 414 - Embora dividindo esforços com a liderança no Senado de aprovação de proposições que alteram regras do setor de combustíveis (PL 1.472/2001 e PLP 11/20), tema que dominou a pauta do Legislativo durante esta semana, o senador Jean Paul abriu espaço na agenda para receber a Abraceel em seu gabinete para discutir o PL 414, posicionando-se favoravelmente à abertura total do mercado de energia.

O senador também tem colaborado com a construção da pauta de energia do seu partido no âmbito da eleição presidencial e a Abraceel demonstrou disposição para apresentar propostas setoriais para tal iniciativa, o que foi muito bem recebido pelo parlamentar. O senador também solicitou que a Abraceel promova uma reunião didática para as assessorias parlamentares, já que a agenda do setor de energia é importante para o Legislativo e, ao mesmo tempo, complexa.

Encargo de sobrecontratação? Benefício ao consumidor poderia ter sido de R\$ 10 bilhões por ano

Matéria em 1 minuto:

- Abraceel enviou carta ao Ministro Bento Albuquerque destacando que o cronograma de abertura proposto pela Associação não gera sobrecontratação e que a simples existência de sobrecontratação não necessariamente se reverte em prejuízo aos consumidores;

- Em 2021, por exemplo, o PLD médio do submercado SE-CO foi de R\$ 280 / MWh, enquanto o Pmix das distribuidoras foi de R\$ 266 / MWh, de tal forma que o consumidor teria sido beneficiado em R\$ 14 / MWh;

- Se o mercado já estivesse todo aberto, esse benefício seria da ordem de R\$ 3 bilhões em 2021 e de R\$ 10 bilhões por ano nos últimos dez anos, dado que o volume de sobrecontratação decorrente das migrações seria liquidado ao valor do PLD que, no período, foi superior ao preço de compra de energia das distribuidoras em R\$ 52 / MWh.



Tempo de leitura:
3 minutos

Em 24.02, a Abraceel enviou carta ao Ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque na qual aborda alguns detalhes sobre o tratamento adequado dos contratos legados. Leia a íntegra a seguir:

Senhor Ministro,

É com grande satisfação que a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) vem novamente tratar de um tema muito caro para a sociedade brasileira que é a abertura do mercado de energia. Desta vez, em especial, gostaríamos de abordar alguns detalhes sobre o tratamento adequado dos contratos legados.

A Abraceel tem se debruçado sobre a questão exaustivamente, amparada e apoiada pelas principais consultorias do país, bem como pela equipe técnica da associação e pelos grupos técnicos formados pelos profissionais das empresas associadas. Temos ciência que dar um tratamento adequado aos contratos legados é essencial para a estabilidade do mercado e segurança jurídica do setor, o que todos desejamos.

Apresentamos ao Ministério de Minas e Energia uma proposta de cronograma de abertura com pleno respeito aos contratos, aproveitando a janela de oportunidade que o término de contratos hoje alocados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) oferece para a abertura sustentável do mercado.

Nossos estudos mostram que é possível abrir toda a alta tensão em 2024 e toda a baixa tensão em 2026 sem gerar sobrecontratação. Isso é possível principalmente em razão do fim nos próximos anos dos contratos de termelétricas onerosas do ACR, da descotização das usinas da Eletrobras, que passará a vender a energia no mercado livre, e da destinação para o mercado livre da quantidade de energia de Itaipu hoje totalmente alocada no ACR.



Apesar de não enxergamos cenário de sobrecontratação com esse cronograma de abertura proposto pela Abbraceel, é importante pontuar que a simples existência de sobrecontratação não necessariamente se reverterá em prejuízo aos consumidores.

A proposta atualmente em discussão no PL 414/2021, já aprovada no PLS 232/2016 durante a tramitação no Senado Federal, é de que a eventual sobrecontratação involuntária, após acionados todos os mecanismos de gestão contratual das distribuidoras, teria seu saldo positivo ou negativo rateado entre todos os consumidores. Ou seja, tanto o ônus quanto o bônus de eventual sobrecontratação involuntária serão repartidos entre todos os consumidores livres e cativos. Isso é especialmente relevante. Afinal, nem sempre essa conta se reverterá em prejuízo. Pelo contrário, pode haver benefício.

Em 2021, por exemplo, o PLD médio do submercado SE-CO foi de R\$ 280 / MWh, enquanto o Pmix das distribuidoras foi de R\$ 266 / MWh, de tal forma que o consumidor teria sido beneficiado em R\$ 14 / MWh. Em outras palavras, o consumidor não absorveria prejuízo, mas sim benefício de R\$ 14 / MWh. Isso seria resultado do PLD médio maior que o custo médio de compra das distribuidoras.

Se o mercado já estivesse todo aberto, de tal forma que o mercado livre representasse 65% do consumo, e não apenas os 35% que representa atualmente, esse benefício anual seria da ordem de R\$ 3 bilhões, considerando que esse volume de sobrecontratação decorrente das migrações seria liquidado ao valor do PLD que, no período, foi superior ao preço de compra de energia das distribuidoras.

Mais do que isso, olhando para os últimos dez anos, a média do valor também teria sido positiva em R\$ 52 / MWh. Considerando esse cenário de abertura total do mercado, teria gerado um benefício de R\$ 10 bilhões por ano para os consumidores.

Diante do exposto e em busca de contribuir com os melhores esforços para a abertura do mercado livre de energia no Brasil, uma pauta que é da sociedade brasileira e do país, gostaríamos de ratificar que a Abbraceel permanece disponível e preparada para interagir com esse Ministério nas discussões que seguirão, na certeza de que sua gestão será lembrada por ter colocado o consumidor no centro das decisões do mercado de energia elétrica.



CanalEnergia.com.br / MERCADO / MERCADO LIVRE

POLÍTICA NEGÓCIOS E EMPRESAS OPERAÇÃO EXPANSÃO MERCADO POR SEGMENTO GERAÇÃO TRANSMISSÃO

MERCADO MERCADO LIVRE - 24 de fevereiro de 2022

Abbraceel: benefício anual ao consumidor seria de R\$ 10 bilhões com mercado aberto

Cálculo da entidade aponta que consumidor teria um benefício médio de R\$ 52 por MWh ao ano caso regra do encargo de sobrecontratação estivesse em vigor

CPAMP acata pedido da Abraceel e divulga informações adicionais aos agentes

Matéria em 1 minuto:

- Há uma semana, Abraceel, após sugestão de suas associadas, solicitou à Cpamp o envio de dados adicionais sobre as propostas da Comissão em discussão pública;
- Ontem, a Cpamp divulgou aos agentes os dados solicitados pela Associação, que incluem: (i) memória de cálculo do indicador de atendimento à CRef para os pares do CVaR analisados, (ii) número de iterações realizadas pelo Newave em cada uma das simulações prospectivas e do backtest e (iii) detalhamento do impacto tarifário;
- Grupo Técnico da Abraceel recebe estudos e contribuições das associadas até o final do dia de hoje, 25.02.



Tempo de leitura:
3 minutos

Em 18.02, a Abraceel enviou Carta ([CT-008/2022](#)) ao MME e à CCEE, na qual solicitou informações adicionais sobre os estudos realizados para subsidiar as propostas apresentadas pela CPAMP para alterações nos modelos para 2023.

As informações solicitadas foram:

- (i)** memória de cálculo do indicador de atendimento à CRef para os pares do CVaR analisados;
- (ii)** lista com o valor do número de iterações finais resultantes de cada rodada do Newave nos backtests e testes prospectivos; e
- (iii)** memória de cálculo da simulação de impacto tarifário, especificamente no que se refere aos Encargos de Serviço do Sistema (ESS).

No dia 24.02, a CPAMP disponibilizou no Sintegre informações adicionais sobre os estudos realizados para subsidiar as propostas em discussão na [Consulta Pública MME 121/22](#), acatando o pleito da Associação.

As informações estão disponíveis no [link](#).

Dada a relevância do tema, a Abraceel prorrogou o prazo para que as associadas envie contribuições e estudos visando subsidiar a contribuição da Associação à referida consulta pública, especialmente no que diz respeito à recalibração do CVaR. As sugestões podem ser encaminhadas para gt@abraceel.com.br até o final do dia de hoje, 25.02.



Em encontro com Energisa, Abraceel indica potencial da abertura do mercado

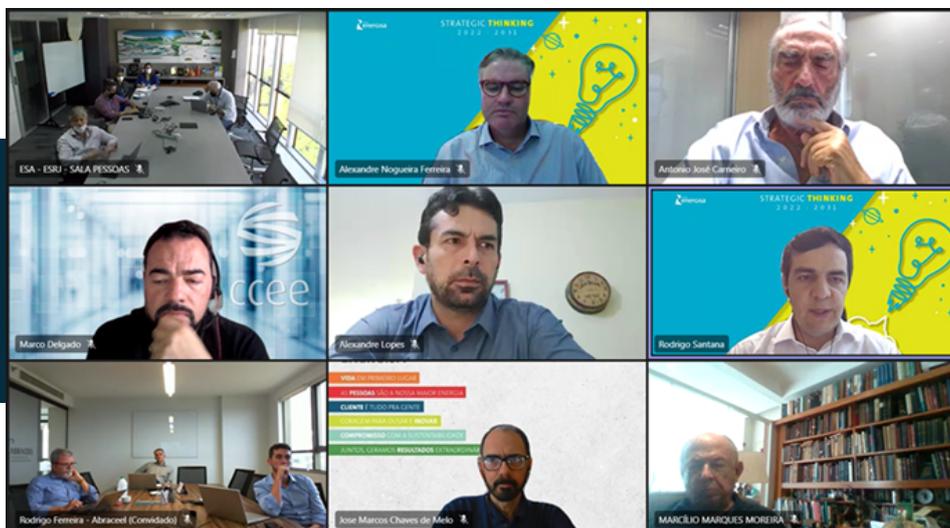
Matéria em 1 minuto:

- Abraceel participou do evento Strategic Thinking 2022-2031 da associada Energisa para debater sobre os principais temas da modernização do setor;
- Rodrigo Ferreira apresentou os principais números do mercado livre e o grande potencial a ser explorado com a abertura total do mercado;
- Apontamentos dos participantes abordaram eventuais entraves para a abertura de mercado e também possíveis soluções.



Tempo de leitura:
4 minutos

No dia 23.02, a Abraceel participou de um evento, promovido pela associada Energisa, o Strategic Thinking 2022-2031, para debater os principais temas da modernização do setor elétrico.



Marco Delgado, conselheiro da CCEE, iniciou apresentando a modernização do setor elétrico em cinco frentes: **(i)** mercado de capacidade; **(ii)** abertura de mercado; **(iii)** segurança de mercado; **(iv)** modernização do mercado regulado; e **(v)** formação de preço.

Rodrigo Ferreira, presidente executivo da Abraceel, apresentou informações sobre princípios, motivações, benefícios e impactos positivos do mercado livre. Na ocasião, citou que 26 mil unidades consumidoras já estão no mercado livre, o que representa um aumento de 26% nos últimos meses.



Porém, esse volume de unidades consumidoras equivale a apenas a 0,029% do total de 87 milhões de consumidores de energia elétrica. Rodrigo Ferreira salientou que há um grande potencial a ser explorado, pois o mercado livre já responde por 35% de toda a energia elétrica consumida no Brasil, parcela que poderia chegar a 40% com a adesão dos consumidores que já têm o direito de migração, mas ainda não fizeram a opção, e até a 46% com a abertura total do mercado do grupo A.

Além disso, Ferreira reforçou que a agenda da Abraceel é a pauta do Brasil, que inclui competição, liberdade do consumidor, melhor alocação de custos e riscos, segurança nas operações e sinais de preços mais eficientes, princípios alinhados com as bandeiras da Associação: abertura de mercado, segurança de mercado e formação de preços.

O presidente executivo da Abraceel destacou que é necessário que a abertura do mercado de energia ocorra de forma organizada e estruturada, até porque essa expansão já está em curso, mas de forma desregulada, impulsionada pelas novas tecnologias.

Sobre o processo legislativo, Rodrigo Ferreira afirmou que “estamos no começo do fim da novela” para a abertura completa do mercado livre, com possibilidade de aprovação do PL 414/2021, que aguarda apresentação do relatório na Câmara dos Deputados, e avanço da matéria na via infralegal.

Na parte final do encontro, houve um debate rico entre os participantes, no qual foram discutidos os aprimoramentos relativos à modernização do setor e abertura de mercado.



ABRACEEL NA MÍDIA

Melhora em reservatórios pode baratear conta

Dado analisado da Aneel aponta que estruturas pelo País estão operando com 66,21% do volume útil de águas

EM DESTAQUE

Os reservatórios que integram o Sistema Interligado Nacional (SIN) de geração e transmissão de energia elétrica estão operando com 66,21% do volume útil de águas. O dado reflete a atualização mais recente divulgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na última segunda-feira (27) de fevereiro. Mas, considerando o mesmo período do ano passado, quando os reservatórios tinham os níveis em 42,2%, o presente momento para o setor energético se mostra mais confortável.

Para as empresas e os consumidores resultará em maior estabilidade dos reservatórios, se mantida até o final da década. Isso porque, a capacidade de estocagem

de período seco, de abril a outubro de setembro, pode resultar em preços mais altos no futuro de energia. É em esse momento que o ex-presidente da Eletrobras, Alberto Vaccaro, analisa o cenário.

"A simulação é muito boa. O volume de chuva que tem caído, principalmente nas cabeceiras dos rios e nos locais onde estão os reservatórios, é um prenúncio bom de estabilização do balanço energético. Nem os mais pessimistas agora falam em uma crise, e eu imagino que em algum momento um quadro real da situação nos levará a um levantamento de dados dos reservatórios", afirma o especialista em energia Alberto Vaccaro.

Preço - O cenário que se desenha está distante, por exemplo, dos preços regi-

onais e que tiveram alto movimento em setembro, quando as primeiras chuvas da primavera atingiram a crise hídrica e energética, além da alta dos preços. Naquele período, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) chegou ao máximo de R\$ 90,86 em valor que só teve a compra de energia recente à contratada e impulsionou também os preços do mercado livre.

"O volume de chuva que tem caído nos cabeceiras dos rios e onde estão os reservatórios é um prenúncio bom de estabilização do balanço energético"

ção de Energia Elétrica (CCEE), desde novembro de 2021 o preço médio mensal do mercado livre ultrapassou R\$ 50,00, sendo que, neste momento, o valor médio do PLD está em torno de R\$ 40,00, com variações a depender da região.

No entanto, conforme lembra Rodrigo Ferreira, presidente-executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abrapecel), o mercado livre, além do PLD, que sofre as influências diretas dos volumes dos reservatórios, o preço bilateral, que se dá pela negociação entre quem vende e quem compra energia elétrica. Nesse contrato, ainda é usado um termo, o impacto dos reservatórios é basicamente nulo.

"Na maioria dos casos (de contratação pelo preço

MELHORA EM RESERVATÓRIOS PODE BARATEAR CONTA

I Diário do Comércio

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)

CanalEnergia.com.br / MERCADO / MERCADO LIVRE

POLÍTICA NEGÓCIOS E EMPRESAS OPERAÇÃO EXPANSÃO MERCADO POR REGIÃO GERAÇÃO TRANSMISSÃO

MERCADO MERCADO LIVRE - 24 de fevereiro de 2022

Abrapecel: benefício anual ao consumidor seria de R\$ 10 bi com mercado aberto

Cálculo da entidade aponta que consumidor teria um benefício médio de R\$ 52 por MWh ao ano caso regra do encargo de sobrecontratação estivesse em vigor

INAUREDO GODOY, DA AGÊNCIA CANAL ENERGIA, DE SÃO PAULO (SP)

COMPARTILHAR

ABRACEEL: BENEFÍCIO ANUAL AO CONSUMIDOR SERIA DE R\$ 10 BI COM MERCADO ABERTO

I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)

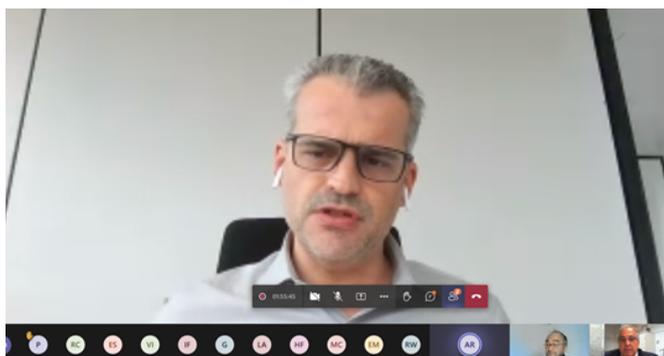


CURTAS

Para instituições empresariais, Abraceel pede apoio para aprovar PL 414/21

Em um encontro que envolveu discussões sobre diversos assuntos de infraestrutura, em especial o cenário para os setores de ferrovias e de petróleo, o Conselho Temático de Infraestrutura (Coinfra) da CNI, na sua reunião do dia 23.02, abriu espaço destacado para a proposta de aprimoramento do modelo regulatório e comercial do setor elétrico.

O foco foi o PL 414/2021, que promove a modernização da regulação e traz regras e prazos para a portabilidade da conta de luz para todos os consumidores. O presidente da Abraceel, Rodrigo Ferreira, reforçou a importância da aprovação do projeto de lei em questão para aumentar a competitividade dos setores produtivos nacionais e para impulsionar o desenvolvimento econômico. Ainda listou os benefícios que o mercado livre proporciona aos consumidores e informou que a expectativa é que o relatório seja apresentado até o dia 25 de fevereiro, ou no máximo na semana seguinte, do carnaval.



O especialista em energia da CNI, Roberto Wagner, afirmou que o custo da energia do Brasil praticado no mercado regulado é um dos mais altos do mundo, mas o preço praticado no mercado livre é considerado competitivo na comparação com outros países.

Paulo Pedrosa, presidente da Abrace, apontou que as lideranças das instituições participantes do Coinfra deveriam se unir numa agenda de competitividade e apoiar a aprovação do PL 414/2021, que traz mais competição para o mercado de energia elétrica.

As apresentações realizadas durante a reunião do Coinfra estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.

Com Omega, Abraceel avalia conjuntura para avanço do PL 414/2021

No dia 22.02, a Abraceel se reuniu com Bernardo Bezerra e Raphael Carvalho, da associada Omega, para discutir o avanço da abertura de mercado, considerando as questões de contratos legados e encargos, e a redação do PL 414/21, que trata da portabilidade da conta de luz e da modernização do modelo regulatório e comercial do setor elétrico brasileiro, hoje em tramitação no Congresso Nacional.

MVE negocia 1 MWmed com entrega no segundo semestre da 2022

Em 22.02, foi processado o Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) de fevereiro.

O certame negociou 1 MWmed de energia especial, na modalidade de preço PL-D+spread, com início de suprimento em julho e vigência de seis meses. Para mais informações [clique aqui](#).

TCU dá prazo para MME mostrar impactos da capitalização da Eletrobras

Ao aprovar o processo de capitalização da Eletrobras, precedida de avaliação das premissas utilizadas pelo Ministério de Minas e Energia nos estudos e na modelagem econômico-financeira para calcular o valor que será adicionado aos novos contratos de concessão de energia elétrica, o Tribunal de Contas da União (TCU) concedeu prazo de 30 dias para o MME demonstrar os impactos causados nos mercados livre e cativo em decorrência do bônus de outorga. Já o CNPE tem 15 dias para motivar os seguintes itens: (i) adiantamento de R\$ 5 bilhões na CDE ainda em 2022; (ii) escalonamento da desotização no prazo mínimo legal (5 anos); e (iii) imediato livre dispor da energia de Curuá-Una e Mascarenhas de Moraes. Além disso, foi mantido o valor de 233 R\$/MWh para o preço da energia de curto prazo. O documento completo pode ser acessado [aqui](#).

Associadas Abraceel têm desconto em cursos de energia

A Head Energia, escola do mercado de energia, está com as inscrições abertas para dois cursos, que vão acontecer no mês de março:

1. Oficina de Modelos: Aplicações para o Mercado de Energia



O curso tem o objetivo de apresentar os principais aspectos relacionados aos modelos que calculam o PLD e as principais variáveis que impactam esse cálculo. Os professores serão Regiane Barros e Rodrigo Azambuja, ambos da CCEE. O curso acontecerá nos dias 8, 10, 15 e 17.03, das 19h às 21h e a gravação ficará disponível por seis meses. As inscrições podem ser feitas até 03.03 pelo [link](#).

1. Oficina de Modelos: Aplicações para o Mercado de Energia



O objetivo do curso é apresentar aspectos sobre gestão de emissões de Gases

de Efeito Estufa e jornada de descarbonização. Além da contextualização sobre a crise climática, será abordado o inventário de emissões de GEE, os potenciais impactos da precificação de GEE com exemplos práticos de boas práticas e de benchmarks com foco no setor elétrico. Os professores serão Adelino Esparta, Adriana Berti, Karen Nagai e Melissa Sawaya. A carga horária é de 8h dividida entre os dias 22, 24, 29 e 31.03, das 19h às 21h e a gravação ficará disponível por seis meses. As inscrições podem ser feitas até 18.03 pelo [link](#).

As associadas da Abraceel terão desconto em cada curso, para pagamento via transferência bancária. Para o recebimento, é necessário entrar em contato pelo email contato@headenergia.net.

Projeto Enel: rota para a transição energética

No dia 24.02, a Abraceel se reuniu com a Associada Enel para conhecer o novo projeto da empresa, o “Rota para Transição Energética” (Energy Transition Roadmap – ETR) para vários países, incluindo o Brasil. O objetivo do projeto é desenvolver um estudo com visão de médio (2030) e longo prazos (2050) que permita quantificar tanto os custos como os benefícios econômicos de acelerar a transição energética no país. Além disso, a expectativa é contribuir com recomendações de políticas públicas que permitam cumprir a Contribuição Nacional Determinada (NDC) fixada pelo país para 2020 e alcançar a neutralidade de carbono em 2050. Na ocasião, a Enel apresentou informa-

ções e análises sobre a transformação do setor de energia que levam em consideração o crescimento da demanda, a descarbonização, a eletrificação e a digitalização. Os próximos passos são a realização de workshops para a formulação de um relatório com as informações coletadas de todos os stakeholders de forma integrada de todos os setores. A Abraceel se disponibilizou para divulgar o projeto as suas associadas e a possibilidade de marcar uma reunião do grupo técnico para contribuições sobre o tema. A apresentação completa pode ser acessada aqui.

Na próxima semana será lançado o novo clipping da Abraceel

NOVIDADE

Novo Clipping Abraceel

- Lançamento dia 3 de março, quinta-feira

- + **cedo:** entregue duas horas antes, de segunda à sexta até as 9h
- + **abrangente:** mais de 1850 veículos monitorados diariamente
- + **flexível:** com matérias que possam escapar aos olhos do sistema, mas não da nossa equipe
- + **multimídia:** cobertura de rádio e TV, além dos impressos e online



Porque informação **é essencial!**

Quer receber? Envie um email para abraceel@abraceel.com.br





A semana foi de bastante movimentação em torno da produção do relatório do PL 414/2021. Ao longo das diversas interlocuções, a expectativa é que o texto seja apresentado até o dia 25 de fevereiro – ou, no mais tardar, na semana do carnaval - pelo relator Fernando Filho. Na semana após o feriado, está prevista a volta do trabalho presencial na Câmara em sua totalidade.

Na agenda da Câmara dos Deputados, concluiu-se a votação do projeto que legaliza jogos no Brasil, incluindo cassinos e bingos. Leis de incentivo à cultura (Lei Paulo Gustavo e Lei Aldir Blanc) também estiveram na agenda dos deputados durante a semana. Na quinta-feira, como era esperado, a sessão teve discursos contrários à guerra entre Rússia e Ucrânia.

A preocupação com o conflito russo também esteve presente entre os senadores. Não foi finalizada a deliberação dos projetos dos combustíveis, de relatoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN), cuja votação foi postergada para a semana pós carnaval. Para o momento após o feriado, também ficou a deliberação da [reforma tributária](#), cujo relatório foi lido pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal.

O prazo para a janela partidária se aproxima, mas a migração dos parlamentares entre partidos tem sido motivo de tensão nos partidos que formam a base do Governo. O Republicanos, partido presidido pelo deputado Marcos Pereira, pretende aumentar sua bancada com a janela partidária, mas acredita que o Executivo está dando mais espaço a outros partidos da base, como PP e PL. Ademais, desde a saída do senador Fernando Bezerra da liderança do Governo no Senado após derrota para a vaga no TCU, em dezembro de 2021, o cargo ainda não foi ocupado, interferindo na relação do Executivo com a Casa.



CALENDÁRIO ABRACEEL

Março

17.03 - Quinta-feira: Reunião do Conselho de Administração.

24.03 - Quinta-feira: Assembleia Geral Ordinária.